

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	15
6. IMPOSTOS A RECUPERAR	16
7. DEPÓSITOS VINCULADOS	17
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	17
9. ARRENDAMENTOS	19
10. FORNECEDORES.....	20
11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	20
12. PROVISÕES PARA RISCOS	21
13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS.....	21
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
15. RECEITA	24
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	24
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	25
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	27
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	28
21. COMPROMISSOS	31
PARECER DO CONSELHO FISCAL	32
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$85.835 mil, representado por 85.834.843 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$34.970 mil em 2022, em comparação ao lucro de R\$20.858 mil em 2021. O aumento de 67,66% no lucro deve-se, principalmente, ao aumento da receita com venda de energia.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$61.461 mil em 2022, em comparação a R\$54.229 mil em 2021, representando um aumento de 13,34%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento nas receitas de vendas no Proinfa.

Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.430 mil em 2022, comparados a R\$2.153 mil em 2021, representando um aumento de 12,87%, que acompanha o aumento da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$26.471 mil em 2022, em comparação a R\$28.425 mil em 2021, representando uma redução 6,87%. Essa redução decorre, principalmente, da redução dos custos de materiais e serviços de terceiros.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2022 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$4.494 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$2.766 mil em 2021, representando um aumento

de 262,47%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento do rendimento de aplicações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$4.514 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.180 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Esse aumento decorre, principalmente, da maior receita operacional registrada em 2022.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2022, o LAJIDA da Companhia foi de R\$44.664 mil (R\$35.528 mil em 2021) e a Margem do LAJIDA foi de 72,67% (65,51% em 2021).

R\$ mil	2022	2021	Var.%
Resultado Líquido	34.970	20.858	67,66
Despesa de IR e CS	4.514	2.180	107,06
Resultado Financeiro	(4.494)	2.766	(262,47)
Amortização e Depreciação	9.674	9.724	(0,51)
LAJIDA	44.664	35.528	25,71

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$34.970 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.749 mil sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$8.305 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$24.916 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.916	1.325
Títulos e valores mobiliários	4	63.736	26.708
Contas a receber de cliente	5	16.654	14.996
Impostos a recuperar	6	1.717	1.188
Depósitos vinculados	7	1.474	4.183
Outros ativos		33	372
TOTAL DO CIRCULANTE		94.530	48.772
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	241	5.493
Partes relacionadas notas de crédito	19	842	842
Impostos diferidos		651	-
Imobilizado	8	86.057	96.309
Intangível	8	-	6
Direito de uso		167	-
Outros ativos		108	120
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		88.066	102.770
ATIVO TOTAL		182.597	151.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.850	2.637
Impostos a recolher		1.073	700
Dividendos a pagar	14b	8.305	7.268
Arrendamentos		39	-
Outras Obrigações		603	515
TOTAL DO CIRCULANTE		11.871	11.120
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos		871	289
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.950	480
Provisão para desmobilização de ativos	13	17.103	16.058
Provisão para contingências	12	412	-
Arrendamentos		129	-
Outros passivos		89	87
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.554	16.914
TOTAL DO PASSIVO		32.425	28.034
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	85.835	85.835
Reservas de lucros		64.338	37.673
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		150.172	123.508
PASSIVO TOTAL		182.597	151.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	15	61.461	54.229
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
Custos com energia elétrica		(3.437)	(2.353)
Custos de operação		(19.798)	(22.021)
		(23.235)	(24.374)
LUCRO BRUTO		38.226	29.855
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
Pessoal e administradores		(1.477)	(1.295)
Serviços de terceiros		(711)	(765)
Outras despesas		(1.048)	(1.991)
		(3.236)	(4.051)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		34.990	25.804
Receitas financeiras	17	7.131	1.377
Despesas financeiras	17	(2.637)	(4.143)
		4.494	(2.766)
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social		39.484	23.038
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	18	(3.044)	(1.676)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	18	(1.470)	(504)
LUCRO DO EXERCÍCIO		34.970	20.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	34.970	20.858
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	34.970	20.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	70.560	1.204	20.565	-	15.275	107.604
Aumento de capital	15.275	-	-	-	(15.275)	-
Resultado do exercício	-	-	-	20.858	-	20.858
Destinação do resultado proposta à AGO:						-
Reserva Legal	-	1.043	-	(1.043)	-	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	(4.954)	-	(4.954)
Reserva de retenção de lucros	-	-	14.861	(14.861)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	85.835	2.247	35.426	-	-	123.508
Resultado do exercício	-	-	-	34.970	-	34.970
Destinação do resultado proposta à AGO:						-
Reserva Legal	-	1.749	-	(1.749)	-	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	(8.305)	-	(8.306)
Reserva de retenção de lucros	-	-	24.916	(24.916)	-	(24.916)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	85.835	3.996	60.342	-	-	141.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do exercício	34.970	20.858
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 16)	9.674	9.724
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11)	-	554
Impostos de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	1.470	504
PIS/COFINS diferidos	(68)	288
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 17)	(186)	(34)
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 13)	2.442	3.477
Provisão para contingências (Nota 12)	427	(4)
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível (Nota 8)	24	-
	48.753	35.367
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(1.658)	(8.568)
Impostos a recuperar (Nota 6)	(529)	519
Outros ativos	351	(362)
	(1.836)	(8.411)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	(787)	(545)
Impostos a recolher	1.375	537
Provisão para contingências	(15)	(23)
Outras obrigações	90	1
	663	(30)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.002)	(387)
Arrendamentos pagos	(7)	-
Juros pagos (Nota 11)	-	(400)
	(346)	(817)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	46.571	26.139
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(31.776)	(28.763)
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 8)	(831)	(1.355)
Depósitos vinculados (Nota 7)	2.895	8.468
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(29.721)	(21.650)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 11)	-	(17.358)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(7.268)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(7.268)	(17.358)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.591	(12.869)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.325	14.194
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	10.916	1.325
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.591)	(12.869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru, localizada no município de Beberibe, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 526/2002, com início de sua operação comercial em setembro/2009.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Praias de Parajuru S.A., passou a ser uma subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT).

O aproveitamento da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. é de 28,8 MW de potência instalada distribuídos em 19 aerogeradores, utilizando aerogeradores Vensys VS-70 de 1,5 MW, com torres de 85 metros de altura. Toda sua energia é comercializada através do PROINFA.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava com todos os seus 19 aerogeradores em operação. Contudo, 4 desses equipamentos estão limitados em 50%, pois um dos circuitos de geração dos geradores neles instalados falhou. O retorno do funcionamento desses 4 aerogeradores com 100% de capacidade está previsto para o final de 2024.

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 3 de maio de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 12 – Provisões para riscos;
- Nota 13 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 –

Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7 Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	65	58
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	109	-
Overnight (2)	10.742	1.267
Total	10.916	1.325

(1) Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou, entre 94% a 99% do CDI.

(2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 13,62% e 13,64% ao ano em 31 de dezembro de 2022 (entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.999	1.565
Letras Financeiras Bancos - LFs	41.681	22.057
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	14.692	2.776
Outros	364	310
	63.736	26.708
Não Circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	5.417
Debêntures	241	76
	241	5.493
	63.977	32.201

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título em 2022 variaram entre 13,65% a 13,88%.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2022	2021
Ativo Circulante		
Venda de energia faturada	9.517	5.989
Ajuste de energia (a)	7.137	9.007
Total do contas a receber	16.654	14.996

(a) O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada

ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício e garantia de pagamento pela Eletrobrás de valor mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada.

	2022	2021
Energia gerada em MWh	82.610	88.192
Energia faturada/contratada em MWh	73.525	73.525
Ajuste de energia em MWh	9.085	14.667
Ajuste de energia em R\$ mil	7.137	9.007

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 20.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
IR a recuperar	850	305
CS a recuperar	(163)	1
Pasep a recuperar	184	157
Cofins a recuperar	847	725
Total	1.717	1.188
Circulante	1.717	1.188
Não circulante	-	-

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2022	2021
Depósitos Vinculados – Contas Bancárias		
Conta centralizadora	1	2.862
Depósitos Vinculados – Aplicações Financeiras		
Conta reserva especial	1.287	1.287
Atualização financeira	186	34
Total	1.474	4.183

Os depósitos vinculados referem-se ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A conta centralizadora, recebedora das receitas oriundas do contrato com o Proinfra, era utilizada pela Caixa Econômica Federal para depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida. Devido à amortização antecipada da dívida, apenas a reserva especial deverá ser mantida e os recursos remanescentes são liberados para livre movimentação. Em 18 de abril de 2023, a Caixa Econômica Federal emitiu o termo de quitação e liberação das garantias, desta forma a partir do 2º trimestre de 2023, não será mais necessário manter o depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação/amortização (%)	2022			2021		
		Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido
Intangível							
Licença de uso de software	19,42	32	(32)	-	32	(26)	6
Total do Intangível		32	(32)	-	32	(26)	6
Imobilizado em serviço							
Móveis e utensílios	6,25	37	(22)	15	37	(20)	17
Máquinas e equipamentos	5,00	205.284	(121.374)	83.910	206.534	(111.746)	94.788
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,52	47	(3)	44	-	-	-
Imobilizado em curso		2.088	-	2.088	1.504	-	1.504
Total do Imobilizado		207.456	(121.399)	86.057	208.075	(111.766)	96.309
Total Imobilizado + Intangível		207.488	(121.431)	86.057	208.107	(111.792)	96.315

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2022	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2022
Intangível								
Licença de uso de software	32	-	-	-	32	-	(32)	-
Total do Intangível	32	-	-	-	32	-	(32)	-
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	206.534	-	(1.450)	1.291	205.284	(159)	(121.374)	83.910
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(22)	15
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	47	47	47	(3)	44
Imobilizado em curso	2.595	831	-	(1.338)	2.088	(507)	-	2.088
Total do Imobilizado	208.075	831	(1.450)	(48)	207.456	(619)	(121.399)	86.057
Imobilizado + Intangível	208.107	831	(1.450)	(48)	207.488	(619)	(121.431)	86.057

	Valor Bruto em 2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2021	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2021
Intangível								
Licença de uso de software	32	-	-	-	32	-	(26)	6
Total do Intangível	32	-	-	-	32	-	(26)	6
Imobilizado em serviço								
Máquinas e equipamentos	194.141	-	(8.439)	20.832	206.534	12.393	(111.746)	94.788
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(20)	17
Imobilizado em curso	20.981	1.355	-	(20.832)	1.504	(19.477)	-	1.504
Total do Imobilizado	215.159	1.355	(8.439)	-	208.075	(7.084)	(111.766)	96.309
Imobilizado + Intangível	215.191	1.355	(8.439)	-	208.107	(7.084)	(111.792)	96.315

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Prática contábil

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adição	173	173
Remensuração	-	-
Amortização	(6)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	167	167

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adição	173
Juros incorridos	4
Arrendamentos pagos	(7)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2)
Remensuração	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168
Passivo circulante	39
Passivo não circulante	129

10. FORNECEDORES

	2022	2021
Materiais e serviços	1.690	2.637
Encargos de uso da rede elétrica	160	-
Total	1.850	2.637

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Amortização antecipada de dívida

Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada do saldo devedor do contrato de dívida com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$5.320.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.204
Variação Monetária	402
Encargos Financeiros provisionados	152
Encargos financeiros pagos	(400)
Amortização	(17.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Variação Monetária	-
Encargos Financeiros provisionados	-
Encargos financeiros pagos	-
Amortização	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

A Caixa Econômica Federal apresentou notificação à Companhia em dezembro de 2020, referente à revisão dos cálculos da evolução da dívida dos contratos de financiamento com o Padrão Monetário TJLP-D, entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2010, e foram identificadas

divergências na conversão em Real das movimentações financeiras durante a evolução financeira da dívida. Em janeiro de 2022, a Caixa Econômica Federal apresentou nova notificação, atualizando os valores cobrados. A Companhia está avaliando as alternativas para solucionar essa pendência, e, até que haja algum acordo entre as partes, as garantias devem ser mantidas na conta de reserva especial. Em 18 de abril de 2023, a Caixa Econômica Federal emitiu o termo de quitação e liberação das garantias.

12. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

Trabalhistas

	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
Provisões					
Outras	-	412	-	-	412

Tributárias

A Companhia também é parte de processos judiciais relativos a tributos, em que se discute, entre outros, temas a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência estimado em, aproximadamente, R\$24.045 em 31 de dezembro de 2022 (R\$22.534 em 31 de dezembro de 2021) com expectativa de perda classificada como possível.

Outros processos no curso normal dos negócios

Em 2022, houve a reavaliação da probabilidade de perda de processos judiciais relacionados a indenizações para aquisição de áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$421 em 31 de dezembro de 2022, dos quais R\$412 foram provisionados.

13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato e cujo impacto contábil é avaliado em consonância com o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos custos estimados para desmobilização foi a NTN-B Principal 5,23% a.a.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2020	5.841
Amortização	(490)
Remensuração (1)	(3.299)
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2021	2.052
Amortização	(191)
Remensuração (1)	(1.397)
Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2022	464
Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.880
Variação Monetária	2.449
Remensuração (1)	(3.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.058
Variação Monetária	2.442
Remensuração (1)	(1.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.103

(1) Em atendimento ao CPC 25, a Companhia reavaliou a taxa de desconto utilizada para refletir em valor presente os custos estimados para desmobilização do parque eólico. Considerando que a variação da NTN-B Principal foi significativa, a Companhia aplicou o efeito da mudança da taxa de desconto na remensuração.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$85.835, representado por 85.834.843 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2022	2021
Reservas de lucros		
Reserva legal	3.996	2.247
Reserva de Retenção de Lucros	60.342	35.426
	64.338	37.673

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.749 de Reserva Legal em 2022, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O contrato de financiamento da Companhia com a Caixa Econômica Federal estabelece um limite de distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido durante o período de financiamento.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei. Em 2021, limitou-se a distribuição de dividendos a 25% do lucro líquido, conforme restrição do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	34.970	20.858
Reserva Legal Constituída	(1.749)	(1.043)
	33.221	19.815
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	8.305	4.954

Destinação do resultado de 2022 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$34.970, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.749 mil sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$8.305 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$24.916 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros.

15. RECEITA

	2022	2021
Venda de energia	63.891	56.382
Deduções à receita operacional (a)	(2.430)	(2.153)
Receita Operacional Líquida	61.461	54.229

(a) Deduções à Receita Operacional

	2022	2021
PIS/COFINS	(2.332)	(2.058)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(98)	(95)
Total das deduções	(2.430)	(2.153)

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos de operação

	2022	2021
Material	1.182	3.861
Serviços de terceiros	7.394	7.548
Amortização e depreciação	9.674	9.724
Outros custos e despesas operacionais	1.548	896
	19.798	22.021

Despesas operacionais

	2022	2021
--	------	------

Despesas gerais e administrativas	2.188	2.060
Pessoal e administradores	1.477	1.295
Serviços de terceiros	711	765
Outras despesas operacionais, líquidas	1.048	1.991
Total	3.236	4.051

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.023	1.156
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	71	221
Outras receitas financeiras	37	-
	7.131	1.377
Despesas Financeiras		
Juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(554)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(2.442)	(3.477)
Outras despesas financeiras	(195)	(112)
	(2.637)	(4.143)
Resultado Financeiro	4.494	(2.766)

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrado abaixo:

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	65.762	65.762
Percentual de Presunção	8%	12%
	5.261	7.891
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	2.531	2.531
Outras receitas financeiras	108	-
Base de Cálculo Lucro Presumido	7.900	10.422
Alíquota	15%	9%
IR e CS	1.185	938
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	766	108
IR e CS - Total	1.951	1.046
Rendas não resgatadas	4.492	4.492
Alíquota	25%	9%
	1.123	404

Receita por competência (receita diferida)	1.870	1.870
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	150	224
Alíquota	25%	9%
	38	20
IR e CS Diferidos	1.161	424
Despesa com imposto de renda e contribuição social	3.112	1.470
Corrente	1.951	948
Diferido	1.086	384

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	48.481	48.481
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.878	5.818
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	609	609
Base de Cálculo Lucro Presumido	4.487	6.427
Alíquota	15%	9%
IR e CS	673	578
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	425	-
IR e CS - Total	1.098	578
Rendas não resgatadas	768	768
Alíquota	25%	9%
	192	69
Receita por competência (receita diferida)	7.901	7.901
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	632	948
Alíquota	25%	9%
	158	85
IR e CS Diferidos	350	154
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.448	732
Corrente	1.098	578
Diferido	350	154

Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	584	478	-	-	(1.786)	(1.520)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	99	103	-	-	(1.177)	(1.035)
Notas de crédito (3)								
Central Eólica Volta do Rio S.A.	843	843	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	7.268	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	10.742	1.268	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	63.736	26.708	-	-	5.219	889	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	241	5.493	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Parajuru aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 3,53% em 31 de dezembro de 2022 (1,51% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	82	49
Participação nos resultados	20	10
Previdência privada	6	4
Planos de saúde e odontológico	1	1
Seguro de vida	-	-
Total (1)	109	64

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Contas a receber de cliente		16.654	16.654	14.996	14.996
Títulos e valores mobiliários		9.154	9.154	16.899	16.899
Partes relacionadas notas de crédito		842	842	842	842
Depósitos vinculados – Aplicações financeiras		1.473	1.473	1.321	1.321
		28.160	28.160	34.058	34.058
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	10.851	10.851	1.267	1.267
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	6.999	6.999	1.565	1.565
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	33.132	33.132	10.961	10.961
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	14.692	14.692	2.776	2.776
		65.674	65.674	16.569	16.569
		93.834	93.834	50.627	50.627
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(1.850)	(1.850)	(2.637)	(2.637)
		(1.850)	(1.850)	(2.637)	(2.637)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por

corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	10.851	1.267
Títulos e Valores Mobiliários	63.977	32.201
Depósitos vinculados – Aplicações financeiras	1.473	1.321
	76.301	34.789
Passivos Financeiros		
Empréstimos e Financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	-	-
Ativo Líquido Exposto	76.301	34.789

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	2.637	-	-	-	-	2.637
Passivo de arrendamento	3	6	32	156	-	197
	2.640	6	32	156	-	2.834

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Outros riscos operacionais

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá

acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Prática contábil

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores e partes relacionadas.

21. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
367,02	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2022, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2023.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2023.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Central Eólica Praias de Parajuru S.A.

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de Maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Rodrigues de Oliveira'. The signature is fluid and cursive, written over a light blue horizontal line.

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7